

A NECESSIDADE DE PLANEJAR

Editorial da revista ARQUITETURA do Instituto de Arquitetos do Brasil, abril 1964

Muito pouca coisa faz-se hoje em dia sem plano prévio. Mesmo coisas relativamente simples – o lançamento de um produto de higiene pessoal, por exemplo – são cuidadosamente planejadas. Todos os aspectos envolvidos pelo empreendimento são pesquisados e analisados. Desde a investigação do mercado consumidor à apresentação do produto, da capacidade de absorção da clientela à satisfação do comprador, tudo é verificado com critério.

Não há razão para se proceder de outra forma. Principalmente quando se trata de abrir uma estrada, barrar um curso d'água, implantar um complexo industrial energético, criar um núcleo habitacional ou cuidar do crescimento de uma cidade. No entanto, neste campo, muito pouco tem sido feito em tal sentido, e, particularmente, no que diz respeito ao crescimento dos núcleos urbanos.

As cidades brasileiras planejadas podem ser contadas nos dedos das mãos. As nascidas espontaneamente cuidam de ordenar e disciplinar o seu crescimento são talvez em número ainda menor. Os arquitetos vêem, já há muito tempo, com inquietude e desalento, este quadro de absoluta ausência de planejamento territorial, regional e urbano. Formados e preparados profissionalmente para moldarem o habitat do homem, eles vêem com pesar sua ação restrita, na maioria das vezes, a um mero e superficial “make-up” plástico.

As atuais tendências da arquitetura contemporânea, no mundo inteiro, refletem o trabalho profissional do arquiteto ao enfrentarem temas e programas que envolvem volumes cada vez maior de habitações e que são tratadas globalmente. Isto é, deixando atrás a concepção da unidade isolada, parte-se para o tratamento arquitetônico de conjuntos cada vez maiores e mais complexos. Da residência unifamiliar isolada passou-se a agregá-las e daí para o edifício de apartamentos e deste para o conjunto residencial de blocos de habitações coletivas, ocupando áreas extensas, abrigando maiores populações e onde as necessidades da aglomeração fazem-se maiores e mais complexas.

Tal fenômeno é natural e decorre da crescente concentração de grande número de habitantes em áreas urbanas. Este fenômeno, segundo se crê, é irreversível dentro do quadro da nossa civilização industrial. Fenômeno recente e em plena evolução não comporta ainda o trato do núcleo urbano, o enunciado de uma filosofia e de uma prática acabada, perfeita e completa.

Experiências de inegável valor têm sido tentadas em vários países. Os resultados, como não poderiam deixar de ser, são os mais diversos e mesmo às vezes, contraditórios. Entretanto, um ponto é pacífico: a necessidade de planejar. Somente a partir da pesquisa, da análise do planejamento e da experimentação será possível, através da

aferição dos resultados, distinguir o falso do verdadeiro, o negativo do positivo, o errado do certo, o inumano do humano.

Por esta razão, vêm os arquitetos brasileiros se batendo pela criação de uma mentalidade em todas as camadas da sociedade que tenha por aspiração a execução de medidas de planejamento territorial. Os grandes problemas decorrentes do incremento populacional, do crescimento urbano acentuado, de uma grande carência habitacional e da implantação de importantes complexos industriais, estão a exigir, há longo tempo, das supremas autoridades do País uma ação clara, objetiva e coordenada em todos os níveis administrativos, no campo da organização do território nacional.

Grande parte dos países mantém, na atualidade, organismos específicos dedicados ao exame e à solução dos problemas decorrentes da organização do território. Ministérios de urbanismo, de planejamento territorial, de habitação; agências federais para estes assuntos e muitos outros órgãos de denominação semelhante, em toda parte, cuidam presentemente de equacionar, encaminhar e solucionar os aspectos relativos ao planejamento regional e urbano, do uso da terra e da habitação.

Os arquitetos brasileiros continuam aguardando que os responsáveis pelos destinos do País considerem estes aspectos que, se envolvem problemas políticos relevantes, são, a nosso ver, primordialmente, problemas técnicos da maior envergadura. Para que se apreenda a sua magnitude basta citar que na atualidade, e segundo o Suplemento Informativo do CINVA – Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento, da União Panamericana – os Estados Unidos despendem em sua renovação urbana a soma aproximada de 26.000 milhões de dólares em programas que abrangem cerca de 500 cidades norte-americanas, incluídas, praticamente, todas as mais importantes.